



**UFSM**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DA ARTE  
NA AVALIAÇÃO E NO RECONHECIMENTO  
DO *GOODWILL***

---

**Aline Paraboni Fiorin  
Andréa Brüning**

**CCC**

**Santa Maria, RS – Brasil**

**2004**

**UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DA ARTE  
NA AVALIAÇÃO E NO RECONHECIMENTO  
DO *GOODWILL***

---

**Por**

**Aline Paraboni Fiorin e Andréa Brüning**

Trabalho Conclusão de Curso, apresentado ao  
Curso de Ciências Contábeis do Centro de  
Ciências Sociais e Humanas da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
bacharel em Ciências Contábeis.

**CCC**

**Santa Maria, RS – Brasil**

**2004**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Contabilidade**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho  
de Conclusão de Curso

**UM ESTUDO SOBRE O ESTADO DA ARTE  
NA AVALIAÇÃO E NO RECONHECIMENTO  
DO *GOODWILL***

Elaborado por  
**Aline Paraboni Fiorin e Andréa Brüning**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Contábeis**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Rodrigo Debus Soares**  
(Presidente/Orientador)

---

**Pedro Einstein dos Santos Anceles**

---

**Tânia Moura da Silva**

Santa Maria, 12 de Janeiro de 2004

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos, em primeiro lugar a Deus, por abençoar esse trabalho e ser o guia na realização do mesmo.

Aos familiares, namorados, amigos e de quem se privou de vários momentos de convívio e, mesmo assim, nos demonstraram amor e doação.

Desejamos exprimir nossa gratidão aos colegas de trabalho e em particular ao Contador Luis Carlos Teixeira de Oliveira, responsável pelo escritório, pelo qual temos um enorme débito por sua benevolência na efetivação do trabalho que exigiu atenção e tempo.

Somos especialmente gratas ao Professor Rodrigo Debus Soares por ter aceitado ser o Orientador do nosso trabalho e também, por seu estímulo e colaboração. E a todos os demais professores do Curso de Ciências Contábeis e de Cursos afins que direta ou indiretamente contribuíram na execução do trabalho, através dos conhecimentos transmitidos, o nosso muito obrigado.

Fiquem certos, que este apoio e compreensão, que tiveram conosco, fez-nos sentir mais seguras para a conclusão de mais esta etapa.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I – CENÁRIO E METODOLOGIA CIENTÍFICA .....</b>	<b>01</b>
1.1 Tema .....	02
1.2 Delimitação do tema.....	02
1.3 Problema .....	03
1.4 Objetivos .....	03
1.5 Justificativa .....	04
1.6 Metodologia .....	05
1.7 Estrutura do trabalho.....	06
<b>CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO .....</b>	<b>08</b>
2.1 Ativo .....	11
2.1.1 Avaliação e mensuração de ativos .....	13
<b>3 ATIVOS TANGÍVEIS versus INTANGÍVEIS .....</b>	<b>20</b>
3.1 Reconhecimento de ativos intangíveis conforme as normas brasileiras de acordo com a CVM .....	25
3.2 Avaliação e mensuração de ativos .....	26
<b>4 GOODWILL .....</b>	<b>30</b>
4.1 <i>Goodwill</i> .....	30
4.2 Evolução histórica do conceito de <i>goodwill</i> .....	33
4.3 Natureza do <i>goodwill</i> .....	35
4.4 Classificação do <i>goodwill</i> .....	37

4.5 Tratamento contábil do <i>goodwill</i> .....	40
4.6 Mensuração e amortização do <i>goodwill</i> .....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	61

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01 – Patrimônio .....</b>	<b>21</b>
-------------------------------------	-----------

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> – Representação Gráfica do Patrimônio .....	09
<b>QUADRO 02</b> – Evolução Histórica do <i>Goodwill</i> .....	34
<b>QUADRO 03</b> – Cálculo do <i>Goodwill</i> .....	45
<b>QUADRO 04</b> – Balanço Patrimonial .....	46
<b>QUADRO 05</b> – Demonstração do Resultado do Exercício .....	47
<b>QUADRO 06</b> – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	48

## **CAPÍTULO I – CENÁRIO E METODOLOGIA CIENTÍFICA**

O atual estágio da economia mundial combinado com as novas tecnologias desenvolvidas, principalmente nas áreas de comunicação e informática, faz com que os setores produtivos e administrativos das empresas sofram contínuas adaptações em suas estruturas organizacionais, a fim de acompanhar a agilidade dos processos e as exigências dos clientes.

Nesse sentido, a contabilidade por ser o maior banco de dados existente nas entidades tem a finalidade de organiza-los para que os mesmos possam produzir informações úteis a seus usuários, cada vez mais ávidos por informações qualitativas e quantitativas, através do processo de identificação, mensuração e registro das mutações que ocorrem no patrimônio.

Porém, a contabilidade tem recebido muitas críticas no que se refere a questões importantes acerca do patrimônio e do resultado das modificações estruturais das organizações. Tal fato tornou-se mais freqüente em função da relevância assumida pelos ativos intangíveis em relação aos ativos tangíveis na composição do patrimônio das entidades.

Nesse contexto, faz-se necessária a verificação das influências que os ativos intangíveis exercem nas empresas e como a contabilidade vem se manifestando em relação a esses itens impalpáveis, especialmente o *goodwill*, o qual ressalta a importância do tema.

O *goodwill* é considerado pela maioria dos estudiosos da Teoria da Contabilidade como um dos principais ativos intangíveis não-identificáveis. A sua definição, sua natureza, sua característica de não ser separável do negócio como um todo e o seu tratamento contábil estão entre os objetos de estudo mais complexos da Teoria da Contabilidade.

Nesse estudo, procura-se evidenciar conceitos relevantes e conflitantes apresentados pelos autores mencionados, além de mostrar e, ao mesmo tempo, tentar suprir a falta de informações a respeito do assunto, o que instiga o aprofundamento e desenvolvimento científico sobre o tema.

## **1.1 Tema**

Estudo sobre o estado da arte na avaliação e no reconhecimento do *goodwill*, um intangível entre os ativos intangíveis.

## **1.2 Delimitação do Tema**

A importância dos ativos intangíveis, especialmente o *goodwill*, para as entidades na Era do Conhecimento.

### **1.3 Problema**

Tendo em vista a definição de *goodwill*, a sua natureza, as suas principais características, o seu tratamento contábil nas combinações de negócios, as suas formas de mensuração, assim como os inúmeros esforços já despendidos por estudiosos e também a variedade de desacordos alcançados por estes, torna-se necessário o seu entendimento no contexto atual.

Todavia, o *goodwill* deve transformar-se num assunto de fácil compreensão e de interesse de profissionais da área, visando o aperfeiçoamento da contabilidade no que se refere aos ativos intangíveis.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: Em que estado se encontram os estudos sobre a avaliação e o reconhecimento do *goodwill* na literatura técnica disponível no Brasil em língua portuguesa na Era do Conhecimento?

### **1.4 Objetivos**

Apresenta-se neste item o objetivo proposto para o trabalho e suas especificidades.

De forma geral, o objetivo desse trabalho é evidenciar a situação do *goodwill*, dos assuntos a ele relativos e evoluções desenvolvidas sobre o tema até os dias de hoje. Partindo deste, estabelecem-se os objetivos específicos desta pesquisa, quais sejam:

- a) Identificar o Ativo no contexto do patrimônio das entidades;
- b) Evidenciar o Ativo Tangível e sua aceitabilidade na Contabilidade Ortodoxa;
- c) Levantar a situação da Contabilidade Moderna e o surgimento dos Ativos Intangíveis neste cenário;
- d) Contextualizar o *goodwill* na literatura técnica disponível no Brasil em língua portuguesa na Era do Conhecimento.

### **1.5 Justificativa**

A ênfase da contabilidade, durante longo tempo, constitui em avaliar apenas os objetos materiais, ou seja, os Ativos Tangíveis.

Conforme Martins (1995, p.20), “até a Revolução Industrial (século XVIII) quase só existia a Contabilidade Financeira (ou Geral), que, desenvolvida na Era Mercantilista, estava bem estruturada para servir as empresas comerciais”. Contudo, a contabilidade tem evoluído juntamente com a sociedade e tem buscado atender às normas necessárias que surgiram devido à expansão e abertura dos mercados.

Atualmente, em função do avanço da tecnologia da informação e das telecomunicações que estabeleceram um novo cenário, no qual são impostas mudanças às organizações atuais a fim de que elas possam manter seus negócios, surgiu a necessidade da contabilidade identificar e avaliar os bens não materiais.

A identificação e a avaliação tornam-se imprescindíveis para a compreensão dos ativos intangíveis no desenvolvimento das empresas, a ponto de determinar quais delas estão em processo de crescimento econômico em seus mercados de atuação e quais estão em processo de insolvência.

Justifica-se, dessa forma, a elaboração do trabalho na medida em que se faz necessário verificar quais as influências que os ativos intangíveis, exclusivamente o *goodwill*, têm exercido nas empresas brasileiras e como a contabilidade tem-se posicionado em relação a esses elementos.

## **1.6 Metodologia**

Para o desenvolvimento deste trabalho realizou-se uma revisão da literatura subsidiando a análise da pesquisa e demonstrando a situação atual dos estudos relativos ao *goodwill*, bem como a forma que a contabilidade vem se manifestando sobre o assunto ao longo do tempo.

Trata-se de um estudo bibliográfico, o qual consiste no levantamento do 'Estado da Arte', ou seja, do que existe de mais atualizado sobre o problema no Brasil, além de conhecer as contribuições científicas sobre o assunto.

Para a fundamentação dos conceitos utilizou-se a seleção, análise e interpretação de livros e periódicos assim, como materiais pesquisados através de *sites* na internet.

Seguindo o estabelecido na obra de Martins (2002), foi feito um estudo exploratório, o qual é indicado quando se tem pouco conhecimento do assunto. Assim, buscaram-se maiores informações através desse, com a finalidade de formular problemas e hipóteses para estudos posteriores.

Esse trabalho serve de fomento para o campo das discussões contábeis sobre o *goodwill*, para que as ciências ganhem novos capítulos, que acompanhem a dinâmica do mundo, introduzindo reflexões sobre o tema, principalmente no que tange a avaliação de empresas.

## **1.8 Estrutura do trabalho**

O presente trabalho apresenta inicialmente a introdução, na qual é feita uma abordagem geral da contabilidade brasileira no cenário econômico atual, ressaltando a influência dos ativos intangíveis nas entidades e enfatizando a crescente importância que o goodwill vem assumindo neste contexto. Para isso, utilizou-se um estudo bibliográfico levantando o que existe de mais atualizado sobre o tema no Brasil, e também, um estudo exploratório com a finalidade de formular problemas e hipóteses para posteriores pesquisas.

Num segundo momento, evidencia-se o patrimônio como objeto de estudo da contabilidade, sua conceituação e constituição. Dentro deste busca-se de forma geral e, em particular, conceitos, características e avaliação dos ativos.

No terceiro capítulo, desenvolve-se uma relação entre ativos tangíveis e intangíveis, suas definições e características, destacando o

reconhecimento, a avaliação e principais elementos que compõem os ativos intangíveis. Dentre esses itens aborda-se o *goodwill* como o mais controvertido ativo intangível.

O quarto capítulo, denominado *goodwill*, apresenta diretamente seu conceito segundo diversos autores, a sua evolução histórica ao longo do tempo e os fatores responsáveis pela sua formação. Também relata as considerações com relação ao tratamento contábil do *goodwill*, a sua classificação conforme vários autores, bem como as formas de avaliação e amortização tendo em vista a complexidade do assunto.

Finalmente, são apresentadas as considerações relativas ao trabalho como componentes conclusivos, além da bibliografia utilizada no decorrer da pesquisa.

## **CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO**

Sabe-se que a contabilidade estuda e controla os componentes e as variações do patrimônio das entidades, registrando e informando, através das demonstrações contábeis, todos os fatos nele ocorridos.

Segundo Franco (1996, p. 21), a contabilidade:

É a ciência (ou técnica, segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Também Franco (1996, p. 38) expressa que “qualquer que seja o objetivo da entidade administrada, social ou econômica, ela possuirá um patrimônio em movimentação, que requer o concurso da contabilidade para ser controlado”.

O patrimônio, como objeto de estudo da contabilidade, vem sendo definido por muitos autores como o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

Conforme Crepaldi (1999, p. 41), “o patrimônio é conceituado como o conjunto de bens, direitos e obrigações, susceptíveis de avaliação em moeda, vinculados a uma empresa ou pessoa física num determinado momento”.

Para Greco & Arend (1996, p. 33),o “patrimônio é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, avaliáveis em dinheiro e vinculados à entidade pela propriedade ou por cessão a qualquer título, dos quais a mesma possa dispor no giro dos seus negócios”.

Ao identificar a situação do patrimônio de uma empresa, assim como os efeitos administrativos sobre a riqueza patrimonial, utiliza-se da contabilidade, evidenciando seus aspectos qualitativos e quantitativos.

No que se refere ao aspecto qualitativo, considera-se os bens, direitos e obrigações que compõem a riqueza patrimonial, como: mercadorias, móveis, contas a receber etc. Já no aspecto quantitativo, tem-se o valor dos mesmos monetariamente representados.

O patrimônio é constituído por uma parte positiva, denominada Ativo e outra negativa, denominada Passivo, conforme expomos a seguir:

QUADRO 1 – Representação Gráfica do Patrimônio

ATIVO		PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Bens	R\$	Obrigações (negativo)	R\$
Direitos (positivo)	R\$		
Valores	R\$	Patrimônio Líquido (diferença)	R\$

Fonte: Greco & Arend (1996, p.34)

O Ativo é formado por bens e direitos. Os bens, do ponto de vista econômico, referem-se a tudo que satisfaz as necessidades do homem e que pode ser avaliado monetariamente.

De acordo com Gonçalves & Baptista (1998), os direitos são os bens que pertencem a entidade, mas não estão no seu poder, assim como valores a receber de terceiros, créditos contra terceiros e aplicações de

recursos em propriedades imateriais. Assim, ao incorporar os direitos no conceito de patrimônio, tem-se, que considerar as obrigações.

Os valores negativos, ou seja, o Passivo são as obrigações adquiridas, simultaneamente, ao aparecimento dos bens que pertencem a terceiros e que estão no poder da empresa.

A diferença entre o Ativo e o Passivo do patrimônio é chamada de Situação Líquida, que provém de investimentos iniciais, novos investimentos e dos lucros acumulados na entidade.

A equação fundamental do patrimônio é:

$$\text{ATIVO} - \text{PASSIVO} = \text{SITUAÇÃO LÍQUIDA}$$

Franco (1996) considera os valores obtidos dessa equação, a situação positiva, negativa ou nula:

- Situação Líquida Positiva, Ativa, Superavitária ou Favorável – o ativo é maior que o passivo, ou seja, a soma dos bens e direitos supera as obrigações para com terceiros;

- Situação Líquida Negativa, Passiva, Deficitária ou Desfavorável – o ativo é menor que o passivo, ou seja, as obrigações para com terceiros superam a soma dos bens e direitos;

- Situação Líquida Nula ou Equilibrada – o ativo é igual ao passivo, ou seja, a soma dos bens e direitos se iguala às obrigações para com terceiros.

## 2.1 Ativo

Pode-se dizer que a “espinha dorsal” da Teoria da Contabilidade é o patrimônio. Considerando a relevância dos ativos na estrutura patrimonial, faz-se necessário o estudo do real significado e conceituação de Ativo.

Iudícibus (1997, p. 123) destaca: “É tão importante o estudo do ativo que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental da contabilidade, porque à sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas”.

A forma mais tradicional de se definir o ativo é como o conjunto de bens e direitos à disposição da administração para atingir os objetivos propostos.

Segundo D’Auria, *apud* Fávero *et al* (1995, p. 61), o ativo é “o conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade entregue à sua direção tem em vista”.

Essa forma de definição, datada de 1958, é restrita no que se refere a benefícios presentes ou futuros para a entidade, pois se pode entender que trata-se apenas de meios materiais ou tangíveis, deixando de lado elementos importantes como o *goodwill*.

Alguns autores mencionam que o ativo é um recurso controlado pela empresa, resultante de fatos passados e do qual se esperam benefícios futuros para a empresa.

Assim, Sprouse & Mooniz, *apud* Ludícibus (1997, p. 123) define: “ativos representam benefícios futuros esperados, direitos que foram adquiridos pela entidade, como resultado de alguma transação corrente ou passada”.

Para a compreensão do significado de ativo, Ludícibus (1997, p. 124) destaca três aspectos:

- O ativo deve ser considerado à luz da sua propriedade e/ou à luz de sua posse e controle; normalmente as duas condições virão juntas;
- Precisa estar incluído no ativo e, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros (por exemplo, a proteção à cobertura de sinistro, como direito em contraprestação ao prêmio de seguro pago pela empresa) ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxos de caixa futuros) para a entidade;
- O direito precisa ser exclusivo da entidade; por exemplo, o direito de transportar a mercadoria da entidade por uma via expressa, embora benéfico, não é ativo, pois é geral, não sendo exclusivo da entidade.

Simultaneamente, o ativo deve apresentar as seguintes características conforme Fávero *et al* (1995):

Bens e direitos – bens são os materiais, móveis ou imóveis, a disposição da empresa para atingir o objetivo-fim. Direitos são valores decorrentes ou não da atividade principal da entidade, em prazo imediato ou futuro, buscando o objetivo-fim.

Propriedade – é o legítimo poder de decidir sobre o destino de um objeto em questão.

Mensuráveis em dinheiro – tudo que não tiver valor monetário – não pode ser considerado ativo, pois o dinheiro é o ativo em sua totalidade e o principal interesse dos acionistas. Também é aquele que futuramente contribuirá para a entrada de fluxos positivos de caixa.

Benefícios presentes ou futuros – é todo o bem ou direito que tenha potencialidade de geração de caixa, porém se este for incobrável, não haverá benefícios para a entidade e, assim, não poderá ser considerado como ativo.

Contudo, a empresa não mantém os ativos no estado em que se encontravam inicialmente, mas sim, juntamente com outros ativos e a força de trabalho, gerando fluxos positivos de caixa.

### **2.1.1 Avaliação e Mensuração de Ativos**

Hendriksen & Breda (1999, p.303) afirmam: “mensurar é atribuir uma quantidade numérica a uma característica ou a um atributo de algum objeto, como um ativo ou de uma atividade, como a produção”.

O ativo é um só. Como diz Ludícibus (1997, p. 123), “ativo é ativo, independentemente de pertencer, por uma ou por outra classificação, a este ou àquele grupo”.

Todavia, também Ludícibus (1997) acentua que várias são as formas para sua avaliação. As alternativas de avaliação do ativo são divididas em duas classes:

Valores de entrada – referem-se aos valores de obtenção dos ativos usados na empresa em suas operações. Esses valores são mais adequados do que os de saída, pois podem representar o valor máximo para a empresa ou porque muitas vezes não existe um mercado para valores de venda.

Também são considerados mais objetivos, pois não permitem o reconhecimento da receita antes que seja realizada.

Valores de saída – refletem as fontes recebidas pela empresa, em particular, o preço de troca do produto.

Para Hendriksen & Breda (1999) sempre que os Ativos possuem preços de troca a serem recebidos em períodos futuros determinados, devem ser tratados de forma similar às contas a receber. Quando o Ativo é facilmente realizável no mercado, é aprovada a utilização dos preços de saída.

Os valores de entrada conforme Ludícibus (1997) subdividem-se em quatro grupos:

Custo histórico – é o valor original que custou à empresa a aquisição de um determinado ativo.

Esta base de valor é adotada devido a sua estreita relação com o conceito de realização da receita na mensuração do lucro, pois o lucro baseado em valores históricos é totalmente realizado, tanto na parte operacional, quanto na dos ganhos.

Vasconcelos & Silva (2002, p. 49) enfatizam: “sem sombra de dúvidas, é um método estacionário de avaliação que, embora atenda ao Princípio do Custo como base de valor e o Princípio de Realização da Receita (IBRACON/CVM), deixa a desejar em determinadas situações perante o usuário da informação contábil”.

Difícilmente uma empresa venderá um item patrimonial pelo seu valor de aquisição, por isso acaba optando por esse método de avaliação.

Também Vasconcelos & Silva (2002) consideram que uma das principais desvantagens desse método é o conjunto de influências que afetam o valor do ativo, como, por exemplo, a obsolescência tecnológica, o desgaste natural devido ao tempo e as mudanças nos padrões do consumidor.

Para Ludícibus & Marion (2000) esta avaliação representa o sacrifício financeiro pela sua aquisição e também o valor mais próximo do valor econômico na data da transação. Porém, o ativo pode perder, ao passar do tempo, sua substância econômica, independentemente das alterações do poder aquisitivo da moeda e também ter a sua avaliação monetária defasada.

Custo histórico corrigido – o termo “corrigido” refere-se às variações do poder aquisitivo da moeda. É um método prático, de fácil utilização e entendimento, assim como, os valores resultantes têm um potencial informativo maior que os custos históricos.

Segundo Ludícibus (1997, p. 135) “o custo histórico corrigido apresenta a vantagem de ser de fácil utilização e, além do mais, leva a uma avaliação do patrimônio líquido que facilita as tomadas de decisões para manter o patrimônio pelo menos com a mesma potencialidade, apesar das distribuições”.

Este método mantém as propriedades dos custos históricos, porém, periodicamente, estes são corrigidos pela variação do poder aquisitivo geral da moeda, utilizando-se de índices gerais de preços<sup>1</sup> ou outros

---

<sup>1</sup> São índices gerais de preços: IGP da Fundação Getúlio Vargas, FGV ou INPC (índice nacional de preços ao consumidor) do IBGE.

índices gerais que foram ou são indexadores oficiais, como a UFIR<sup>2</sup> e Selic<sup>3</sup>.

Esta é a forma de avaliação, segundo Ludícibus & Marion (2000), que melhor consegue atender, ao mesmo tempo, para a objetividade, relevância da informação, custo relativamente baixo do processo de correção favorecido a comparação de: balanços de diversos exercícios de uma empresa, balanços de diversas empresas num dado exercício e balanços de empresas diversas em exercícios diferentes.

Todavia, na concepção de Ludícibus (1997), um dos problemas do custo histórico corrigido é de não reconhecer a existência de outros lucros ou ganhos que não os estritamente realizados.

Custo corrente (de reposição) – para Ludícibus (1997), este custo procura representar a avaliação a preços correntes, do mesmo ativo adquirido há algum tempo. Depende da data na qual se fizer a reposição de um ativo por outro em estado novo e também das mudanças tecnológicas.

Também Ludícibus (1997, p. 134) afirma que o custo de reposição “(...) seria o somatório dos custos correntes dos insumos contidos em um bem igual ao originariamente adquirido menos sua depreciação”.

Ludícibus & Marion (2000) mencionam que é complexa a adoção de avaliação de ativos a custos correntes ou de reposição, pois é necessário definir que tipo de variante está sendo adotada. A variante de reposição

---

<sup>2</sup> UFIR – Unidade Fiscal de Referência. Extinta no ano de 2001 em decorrência do parágrafo 3º do art. 29 da Medida Provisória 2095-76.

<sup>3</sup> Selic – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

não mistura componentes operacionais com ganhos derivantes e também uma maior riqueza informativa da demonstração e custos de reposição.

No entanto, o custo de reposição somente será válido se, de fato, for repor aquele ativo avaliado e se também encontrar, para certos ativos, os mercados que indicam o preço de reposição.

Ainda Ludícibus (1997, p. 134) salienta: “considerando todos os pontos fracos e fortes e, inclusive, levando-se em conta a gerência, que tem reconhecida preferência por valores correntes ( de reposição), pode-se concluir que o custo corrente de reposição, na data, como base de avaliação de ativo, seja, provavelmente, o mais completo”.

Custo de reposição corrigido – considera-se o mesmo modelo do custo de reposição. Porém, homogeneizando-se as demonstrações contábeis derivantes em termos de poder aquisitivo de uma mesma data, mas devem ser consideradas a objetividade dos procedimentos, a comparabilidade entre empresas e a relação custo-benefício da informação.

Ludícibus (1997) considera os valores de saída como:

Valores descontados das entradas líquidas de caixa futuras – É utilizado apenas no que se refere aos itens monetários. Envolve o estabelecimento da taxa adequada de juros e, além disso, estimativa da probabilidade de receber os valores previstos.

Embora este método disponha de confiabilidade, extremamente eficaz na previsão de valores econômicos é carregado de incertezas, uma vez que, quanto mais longo o tempo de espera, maior a incerteza de que essa quantia venha a ser recebida.

Para Hendriksen & Breda (1999, p. 312) : “(...) é apropriado para ativos monetários em relação aos quais a espera é o principal fator determinante do benefício líquido a ser recebido em dinheiro pela empresa”.

Preços correntes de venda – conforme Ludícibus (1997) o preço corrente de venda é conhecido também como valor realizável líquido. Ocorre quando o preço corrente de venda for uma razoável aproximação do futuro preço de venda, ou seja, pode ser uma razoável aproximação para as entradas previstas de caixa para ativos.

Conforme Almeida & Hajj (1997, p. 74) “pode não representar adequadamente o ativo, caso as condições futuras não vierem a se concretizar”.

Contudo, o preço corrente de venda é o valor pago pelo comprador no momento, e não representa necessariamente o valor que será pago no futuro.

Equivalentes correntes de caixa – significa o total de dinheiro que poderia ser obtido vendendo cada item do ativo. É um método de difícil aplicação, pois os itens que não possuem um valor presente ou de mercado seriam excluídos do ativo.

Para Hendriksen & Breda (1999, p. 31), “(...) equipamento especializado não passível de venda, bem como a maioria dos ativos intangíveis, seria baixado no momento da aquisição, devido à impossibilidade de obter um preço corrente de mercado”.

Valores de liquidação – segundo Vasconcelos & Silva (2000), o método que toma por base o valor de liquidação, emerge de situações anormais que conduzem a descontinuidade do negócio.

Diante do exposto, a aplicação desse método não conduz a valores realísticos. Considerando que quem adquire um ativo, significa a aquisição do bem por um custo inferior ao praticado no mercado e, portanto, esperado.

Ludícibus (1997, p. 132) considera: “esta é a hipótese extremada de valores de saída, porque presume uma venda forçada, tanto para clientes normais a preços extremamente reduzidos, como para outras firmas, bem abaixo do custo”.

Para Hendriksen & Breda (1999) este método devia apenas ser utilizado no momento em que uma mercadoria ou outros ativos tornarem-se obsoletos ou quando a empresa pretende suspender suas operações num futuro próximo. Contudo, este método é fortemente influenciado pelo mercado, principalmente, pelo mercado da informação.

O valor de liquidação normalmente possui uma aplicabilidade restrita em virtude do pressuposto da venda forçada. Além disso, a obtenção desses valores geralmente está impregnada de subjetividade, principal característica dos ativos intangíveis, devido a ausência de um mercado organizado de venda forçada.

Dessa maneira, demonstrados os conceitos e as formas de avaliação dos ativos, subdivide-se o mesmo de acordo com a sua natureza em tangíveis e intangíveis.

### **CAPÍTULO III - ATIVOS TANGÍVEIS *versus* INTANGÍVEIS**

Até praticamente meados da década de 80, a grande preocupação no mundo dos negócios era avaliar o ativo tangível, o qual empresários e contadores estão familiarizados.

O ativo tangível ou corpóreo constitui-se de bens físicos, materiais, ou seja, tudo que pode ser tocado, palpado, como, por exemplo: bens sujeitos à depreciação (edifícios e equipamentos); não sujeitos à depreciação (terrenos e obras de arte) e sujeitos a exaustão (reservas minerais e florestais).

Iudícibus (1997, p. 203) considera: “o termo tangível significa, literalmente, perceptível ao toque, ou seja, capaz de ser possuído ou realizado, real”.

Geralmente são representados pelo ativo imobilizado e tem como principal característica a sua utilização nas operações normais da empresa.

Durante muito tempo, os ativos tangíveis tiveram destaque na contabilidade, porém com o avanço da tecnologia da informação e das telecomunicações, bem como a globalização, as empresas tiveram de adaptarem-se ao novo cenário econômico para continuar os seus negócios.

Com isso, houve a necessidade de avaliação dos bens não-materiais, ou seja, os ativos intangíveis e os reflexos desses nas informações contábeis.

O exemplo do iceberg abaixo, explica como é muito mais simples avaliar o patrimônio visível das entidades e o fato de não se avaliar a parte invisível pode deixar de demonstrar o futuro da mesma, conforme demonstra a Figura 1:

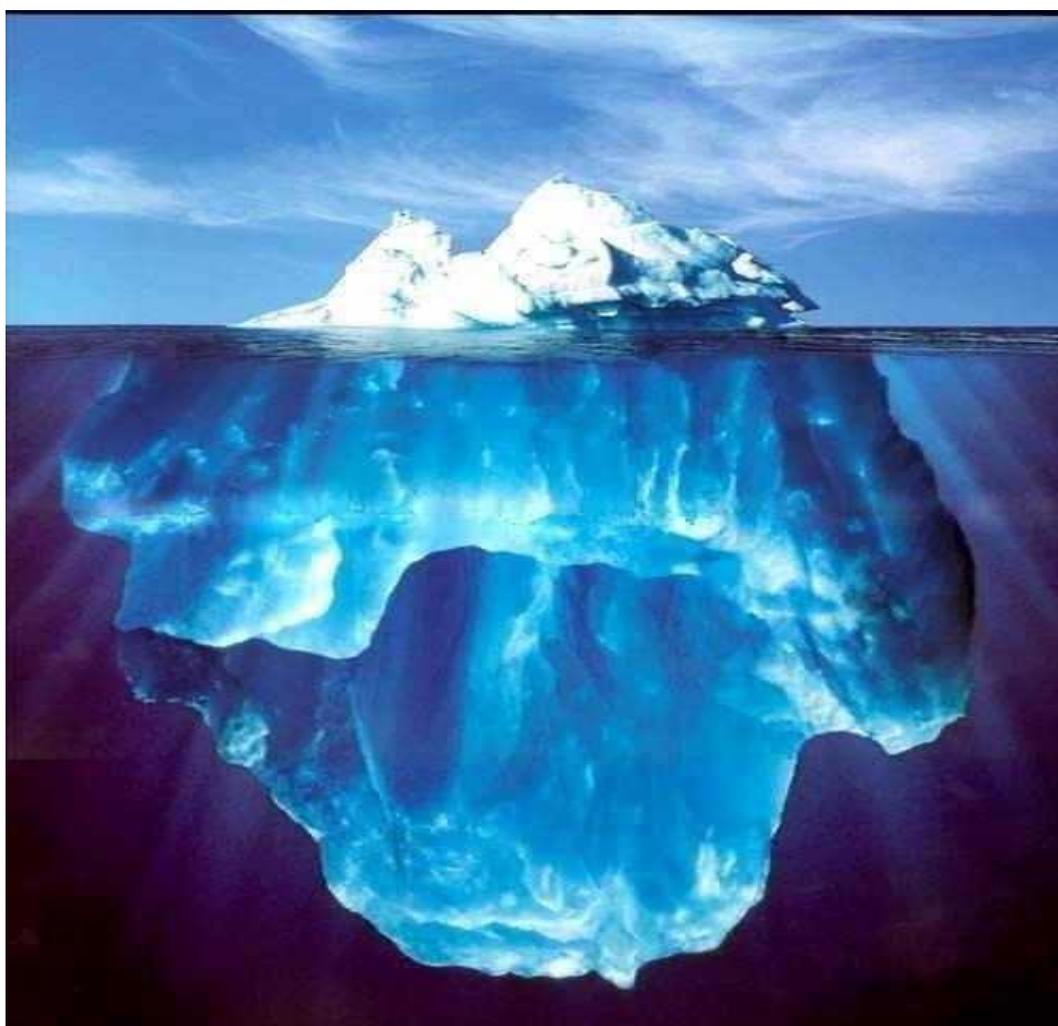


Figura 1 – Patrimônio

Segundo Johnson & Kaplan (1993) o valor econômico de uma companhia não é limitado à soma dos valores de seus ativos tangíveis, pois inclui o valor de seus ativos intangíveis.

É importante verificar a relação dos ativos intangíveis com os tangíveis, uma vez que aqueles não existiriam se não estivessem agregados a estes.

Conforme Sá (2000, p.46): “O patrimônio imaterial das empresas é um resultado do aumento de funções do próprio capital material e dos agentes que sobre o mesmo atuam para dinamizá-la e aumentar-lhe a capacidade de utilidade ou eficácia”.

Schmidt & Santos (2002, p. 14) definem: “o termo intangível vem do latim *tangere* ou tocar. Logo os bens intangíveis são os que não podem ser tocados, pois não possuem corpo físico”.

Segundo Kohler, *apud* Ludícibus (1997, p.203), define-se intangível como “ativos de capital que não tem existência física, cujo o valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”.

Horngren (1985, p. 416) observa que “ativo intangível é uma classe indistinta de ativos de vida longa que não tem existência física”.

Conforme Hendriksen & Breda (1999, p. 389) “(...) os ativos intangíveis possuem diversas características específicas que os distingue de ativos tangíveis, e que exigem que os intangíveis sejam tratados diferentemente dos tangíveis”. Essas características, para os autores, são os usos alternativos, a separabilidade e a incerteza, conforme apresentados:

Usos alternativos – tanto os ativos tangíveis não monetários quanto os intangíveis possuem usos alternativos. Contudo, as marcas possuem aplicação a muitos usos alternativos, a exemplo da Diney Company e Coleman;

Separabilidade – os ativos intangíveis não podem ser separados da entidade inteira ou de seus ativos físicos, uma vez que a atribuição de valor a esses intangíveis está diretamente relacionada aos ativos tangíveis;

Incerteza – no caso dos imobilizados, tanto os ativos intangíveis quanto os ativos tangíveis estão sujeitos a elevado grau de incerteza, com relação aos valores de exercícios futuros que podem representar. Porém, em regra, esta incerteza associa-se apenas aos intangíveis.

Para Hendriksen & Breda (1999, p. 309) “o principal exemplo de um intangível que não possui usos alternativos não-separável, e cujos benefícios são muito incertos, é o *goodwill*”.

Os ativos intangíveis, conforme Schmidt & Santos (2002), normalmente, não estão representados no balanço patrimonial da empresa e constituem-se dos seguintes elementos:

*Goodwill* – diferença entre o valor econômico global da empresa e os valores econômicos individuais de seus ativos;

Marcas e Nomes de Produtos – distingue ou identifica uma entidade ou produto particular;

Patentes – são propriedades incorpóreas e de uso exclusivo;

Licenças – autorização para a utilização de um produto nos limites estabelecidos pelo fabricante e não transfere o direito de propriedade;

Franquias – forma organizada e formatada das empresas ganharem visibilidade no mercado por meio de implantação de unidades em parceria com outros empresários;

Pesquisa e Desenvolvimento – gastos realizados para geração de novos produtos, aperfeiçoamento de produtos mais antigos e redução dos custos operacionais com o objetivo de benefícios futuros;

Direitos de Autoria – lidam basicamente com a imaterialidade, principal característica da propriedade intelectual;

Gastos de Implantação e Pré-Operacionais – provenientes de novos empreendimentos em uma entidade que já existe ou que surgem na constituição, ambos incorridos antes do início de suas operações.

Desenvolvimento de *Software* – prometem a completa integração de todos os fluxos de informação internos e externos a uma organização.

Esses recursos incorpóreos influem num aumento da funcionalidade que pode alcançar a todos os sistemas (liquidez, produtividade, estabilidade, resultabilidade e economicidade) e traduzem funções eficazes que modificam o valor da empresa.

Conforme Sá (2000, p. 47) “por efeito do funcionamento dos capitais e da influência dos seus entornos, elementos imateriais, incorpóreos ou intangíveis tendem a formar-se nas empresas”.

Assim, visto que esses elementos imateriais participam significativamente na obtenção de geração de resultados futuros esperados, cabe destacar o reconhecimento dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis.

### **3.1 Reconhecimento dos ativos intangíveis conforme as Normas Brasileiras de acordo com a CVM<sup>4</sup>.**

Segundo Schmidt & Santos (2002) os ativos intangíveis são reconhecidos como:

Ativos intangíveis na consolidação – não existe nenhum item que trate especificamente de ativos intangíveis nas Normas Brasileiras. Também, não existe um grupo no balanço patrimonial que identifique separadamente esses ativos. Entretanto, no art. 179, inciso V da Lei das Sociedades por Ações, os intangíveis são classificados no ativo diferido.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente – quando um ativo intangível for adquirido individualmente ele deverá ser registrado por seu custo de aquisição no ativo imobilizado, quando se referir a direitos de propriedade comercial ou industrial; e no diferido, quando se relacionar aos demais ativos intangíveis.

Ativos intangíveis adquiridos como parte de uma combinação de negócios – conforme as Normas Brasileiras, os ativos intangíveis não

---

<sup>4</sup> CVM – Comissão de Valores Mobiliários

serão registrados separadamente e sim, irão compor o valor do ágio ou deságio na aquisição de investimentos.

Os ativos intangíveis, segundo IOB (2002), para serem registrados nas demonstrações contábeis devem seguir os critérios de reconhecimento de ativos, os quais são:

- Possuir as características conceituais de ativos;
- Ser mensurável de forma objetiva;
- Ser relevante;
- Ser preciso.

Uma característica desses ativos que merece destaque é quanto à mensuração dos ativos intangíveis.

### **3.2 Avaliação e mensuração dos ativos intangíveis**

Para fornecer maiores informações aos seus usuários, a contabilidade utiliza-se do processo de identificação, mensuração e registro das mutações que ocorrem no patrimônio das empresas.

No entanto, existem fatores que influenciam os componentes patrimoniais, os quais são de difícil mensuração, devido a sua natureza intangível. Assim, quando se trata de mensurar ativos intangíveis, a dificuldade surge em função da subjetividade envolvida.

Segundo Beuren (2000, p. 24) “a complexidade do processo de mensuração está na identificação dos atributos ou eventos que se pretende mensurar e no sistema relacional numérico a ser aplicado para representar a inter-relação entre os mesmos”.

Almeida & Hajj (1997, p. 82) entendem que “a mensuração do ativo intangível ainda representa um grande desafio para a contabilidade. Apesar da subjetividade envolvida é possível mensurá-lo e contribuir com informações referentes ao goodwill e ao ativo intelectual”.

Os ativos intangíveis, diferente dos ativos tangíveis, nem sempre podem ser avaliados através do custo. Para que exista custo intangível é necessário algum tipo de gasto seja de forma direta ou indireta.

Conforme Hendriksen & Breda (1999) quando os ativos intangíveis não são identificáveis ou separáveis, fica difícil medir e, então, são associados a outros ativos. Nesse caso, trata-se o intangível como resíduo. Já nos casos em que o intangível é identificável e separável, utiliza-se como forma de avaliação o valor presente de benefícios projetados.

Todavia, Wernke (2001) menciona uma possibilidade de avaliar os custos intangíveis através da análise de valor. Assim, quanto maior o valor real de um item sobre outro que sirva para o mesmo fim, maior a probabilidade de vencer a concorrência.

Do ponto de vista do fornecedor, o valor é expresso pela equação:  $\text{Valor} = \text{Função/Custo}$ . Se o fornecedor conseguir otimizar essa equação, vista do cliente, a equação passaria a ser  $\text{Valor Percebido} = \text{Benefícios Percebidos/Preço}$ .

Wernke (2001, p.36) exemplifica: “Utilizando a equação sob a ótica do consumidor, se um benefício intangível é percebido pelo cliente (como a facilidade de acesso à loja) tal consumidor provavelmente estará disposto a pagar por essa facilidade determinado valor”.

O critério do custo como base de valor é objetivo, prudente e conservador. Assim, Johnson & Kaplan (1993) enfatizam que apesar dos benefícios intangíveis possuírem uma difícil mensuração, não há razão para avaliá-los como zero em uma análise de investimento, pois zero não é menos arbitrário do que qualquer outro número.

Para Wernke (2001) ao associar os custos intangíveis aos níveis de utilização ou benefícios esperados sobre os ativos e tendo um custo de oportunidade desejado, permite a utilização do conceito de EVA®<sup>5</sup>.

Pode-se compreender o EVA® como uma resposta à necessidade de medidas de desempenho que expressem a adequada criação de riqueza por um empreendimento, conforme o conceito desenvolvido na década de 80 por Stewart, *apud* Martins (2001).

Também Wernke (2001, p. 38) resume EVA® como “uma forma de se medir a real lucratividade de uma operação ou empreendimento. O que a distingue das demais é que nenhuma outra medida considera o custo total do capital da operação”.

Tendo em vista a dificuldade de compreensão e percepção dos ativos intangíveis devido a sua subjetividade, muitos autores tentam encontrar uma forma para avaliá-los. Contudo, atualmente, não há um método aplicável que possibilite a apresentação do patrimônio de maneira

---

<sup>5</sup> EVA® - *Economic Value Added*

mais exata ou adequada possível, propiciando assim comparações e embasando decisões gerenciais.

## CAPÍTULO IV - GOODWILL

### 4.1 *Goodwill*

O *goodwill* é considerado um dos assuntos mais complexos da Teoria da Contabilidade e também o mais intangível dos ativos intangíveis. Tal complexidade faz com que a definição do *goodwill*, sua natureza, sua não-separabilidade do negócio como um todo e seu tratamento contábil estejam entre os objetos de difícil e controvertido estudo.

Canning, *apud* Schmidt & Santos (2002, p. 36), afirma: “contadores, escritores de contabilidade, economistas, engenheiros e os tribunais, todos eles têm tentado definir *goodwill*, discutir a sua natureza e propor formas de mensurá-lo. A mais surpreendente característica dessa imensa quantidade de estudos é o número e variedade de desacordos alcançados.”

O termo *goodwill* é considerado por especialistas um termo técnico sem correspondente versão adequada em português, embora muitos autores o utilizem erroneamente como sinônimo de Fundo de Comércio.

Neste sentido, Martins *apud* Schmidt & Santos (2002), destacam que o *goodwill* não se caracteriza como um fundo, uma vez que, fundo refere-se ao conjunto de recursos monetários usados como reserva ou

para cobrir despesas extraordinárias e, por outro lado, o fundo de comércio nem sempre é derivado ou relacionado ao comércio.

Ao longo do tempo, vem se utilizando a expressão fundo de comércio como sinônimo de *goodwill*, pois este possui um conceito mais abrangente que aquele e também constitui-se de fatores intangíveis, os quais auxiliam na obtenção de lucros.

Martins, *apud* Martins (2001, p. 122):

O goodwill tem sido motivo de estudos, debates, artigos, livros, legislação, concordâncias e divergências desde há muitos anos. As citações e referências a ele datam de séculos atrás, mas a primeira condensação do seu significado e o primeiro trabalho sistemático tendo-o como tema central parecem ter existido em 1981.

Várias são as opiniões dos autores em relação ao conceito de *goodwill*. Segundo Ludicibus & Marion (2000, p. 155), “*goodwill* é comumente definido, de forma não perfeita, como um ativo intangível que pode ser identificado pela diferença entre o valor contábil e o valor de mercado de uma empresa.”

Conforme Vieira *et al*, *apud* Baum (2001, p. 106), o *goodwill* é considerado “um ativo sem substância corpórea, que representa a diferença entre o valor econômico global da empresa e os valores econômicos individuais de seus ativos”.

Para IOB (2002, p. 03): “(...) o *goodwill* é sempre um valor residual composto por vários fatores, muitos deles atuando interativamente, fatores esses que não têm vida própria sozinhos e não podem ser alienados individualmente a terceiros”.

Existem os que entendem como *goodwill*, o incremento de valor dos ativos pelo resultado da sinergia do conjunto organizacional sobre a soma dos ativos individuais.

Segundo Monobe, *apud* Baum (2001, p.107): “Sob esse conceito da sinergia dos ativos, mesmo que se tenha identificado e mensurado economicamente todos os ativos tangíveis e intangíveis, a soma individual seria menor do que a soma de seu conjunto.”

Schmidt & Santos (2002) consideram o *goodwill* como “aquele algo mais pago sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas, devido a uma expectativa (subjetiva) de lucros futuros além de seus custos de oportunidade, resultante da sinergia existente entre os ativos da entidade”.

Contudo, a identificação específica dos benefícios futuros decorrentes, exclusivamente do *goodwill* é dificultosa, principalmente, quando o valor desse ativo for decorrente de sinergia. Quando o *goodwill* não for decorrente de sinergia, pode ser explicado por outros elementos, geralmente ativos intangíveis, que nem sempre podem ser registrados contabilmente. Neste caso, o valor do *goodwill* abrangerá esses ativos intangíveis. Assim, conforme IOB (2002), o *goodwill* representa uma mistura de ativos quando tais não puderem ser identificados separadamente e mensurados independentemente de forma objetiva.

A aplicação dos conceitos fundamentais da Contabilidade, ou seja, dos Princípios Fundamentais da Contabilidade no Brasil, acaba por provocar o surgimento do *goodwill* nas empresas, pois elas passam a valer mais do que o valor de mercado atribuível aos elementos contabilizados. Nesse sentido, o *goodwill* pode ser pensado como um ‘prêmio’ na compra de um negócio, ou seja, a diferença entre o valor pago

e a soma algébrica do valor de mercado dos elementos patrimoniais contabilizados.

Apesar de ser unanimidade o reconhecimento do *goodwill*, ainda não se chegou a um consenso entre os estudiosos quanto ao conceito que efetivamente lhe cabe.

#### **4.2 Evolução histórica do conceito de *goodwill***

Ao longo do tempo, inúmeros estudiosos desenvolveram trabalhos relacionados ao *goodwill*, acompanhando sua evolução histórica até a presente data, onde o conhecimento é aplicado ao trabalho com a finalidade de criar valor.

No quadro abaixo, destacam-se os principais eventos relacionados ao *goodwill*, cronologicamente, segundo alguns autores:

Ano	Autor	Evento e significado
1571	Decisões judiciais	Indícios na literatura de especialidade demonstram que o problema da avaliação do <i>goodwill</i> é muito antigo e sua aplicação em decisões judiciais existe há muito tempo, sendo que o primeiro registro que se tem da utilização do termo data de 1571. Essas primeiras avaliações referiam-se à terra (Catlett e Olson, 1968:8)
1884	William Harris	O primeiro trabalho na área contábil publicado na <i>The Accountant</i> , intitulado " <i>Goodwill</i> ", referia-se ao crescimento significativo do <i>goodwill</i> com o surgimento das sociedades por ações (Catlett e Olson, 1968:38).
1891	Francis More	Primeiro trabalho sistemático tendo como tema central o <i>goodwill</i> -artigo publicado na revista <i>The Accountant</i> , relacionado a avaliação do <i>goodwill</i> , iniciando assim uma nova fase na mensuração do <i>goodwill</i> (Carsberg, 1966)
1897	Lawrence R. Dicksee	Publica em Londres <i>Goodwill and its treatment in accounts</i> , enfocando o assunto mais do ponto de vista do seu tratamento contábil, ressaltando os perigos de contabilizar o mesmo, propondo a imediata liquidação contra o patrimônio líquido nos casos em que ele obrigatoriamente tivesse que ser contabilizado, citando também a necessidade da inclusão da remuneração dos acionistas no cálculo (Carsberg, 1966)
1909	Henry Rand Hatfield	Introduz nova maneira de cálculo do <i>goodwill</i> , em sua obra <i>Modern accounting: its principles and some of its problems</i> , publicada em New York. Hatfield foi professor de Contabilidade da Universidade da Califórnia e grande estudioso dos ativos intangíveis em geral. Em seu trabalho, percebeu que o <i>goodwill</i> dependia do montante de superlucros da entidade (Carsberg, 1966)
1914	Percy Dew Leake	Apresenta um estudo intitulado " <i>Goodwill: its nature and how to value it</i> ", que se constituiu em um grande esforço para a evolução do tratamento contábil do <i>goodwill</i> , também publicado na <i>The Accountant</i> (Catlett e Olson, 1968:39).
1936	Gabriel A. D. Preinreich	Elabora um estudo, posteriormente publicado na <i>Accounting Review</i> (p.317-329, Dec. 1966), denominado " <i>The law of Goodwill</i> ", sobre as decisões judiciais relativas às tendências no campo do <i>goodwill</i> . Essa decisões proferidas foram sofrendo mudança gradativa, partindo do valor relativo às terras incluindo progressivamente o valor referente à localização do negócio, à clientela formada, à marca, à continuidade da entidade e assim sucessivamente, até chegar ao conceito atual.
1945	Walter A. Staub	Publica uma obra intitulada <i>Intangible assets, contemporary accounting</i> , em cujo capítulo 8 descreve a natureza do <i>goodwill</i> e tratamento contábil a ser dado à escrituração, bem como o de sua amortização (Catlett e Olson, 1968:87).
1963	Maurice Moonitz	Publica uma obra denominada <i>Accounting: na analysis of its problems</i> na qual cita o problema que envolve a mensuração do <i>goodwill</i> , em especial no que tange a capitalização de ganhos futuros (Catlett e Olson, 1968:17).
1968	Catlett e Olson	Elaboram um trabalho que é considerado um marco no estudo contábil do <i>goodwill</i> – publicado em 1968 pelo AICPA, sob o título <i>Accounting for Goodwill</i> .
1972	Eliseu Martins	Elabora tese de doutoramento, apresentada na FEA-USP, denominada <i>Contribuição à avaliação do ativo intangível</i> , marco de referência na literatura brasileira sobre o tema.

Quadro 02 Fonte: Adaptado Schmidt & Santos (2002, p.39-42)

Cabe destacar nessa breve revisão dos antecedentes históricos, que a primeira aparição do *goodwill* na literatura contábil data de 1571 e que, gradativamente, veio sendo relacionado ao comércio, à atividade industrial, à localização privilegiada, à personalidade dos proprietários, entre outros.

Sejam cento e doze anos ou até mesmo quatrocentos e trinta e dois anos, o fato é que a necessidade de se discutir temas tão importantes como esse deve ser um exercício constante para as empresas tentar entenderem-se, principalmente na atualidade.

Passado esse lapso de tempo, nota-se que a discussão sobre o tema é latente, apesar de não haver, ainda, conclusões unânimes em torno do assunto pelos estudiosos da contabilidade.

#### **4.3 Natureza do *goodwill***

Devido à impossibilidade de alguns autores listarem todos os fatores que geram o *goodwill*, Catlett & Olson, *apud* Baum (2001) relacionam os principais fatores responsáveis pela formação do *goodwill*, tais como:

- Administração superior;
- Organização ou gerente de vendas proeminentes;
- Fraqueza na administração do competidor;
- Propaganda eficaz;
- Processos secretos de fabricação;
- Boas relações com os empregados;

- Crédito proeminente como resultado de uma sólida reputação;
- Excelente treinamento para os empregados;
- Alta posição perante a comunidade, conseguida por meio de ações filantrópicas e participação em atividades cívicas por parte dos administradores da empresa;
- Desenvolvimento favorável nas operações do competidor;
- Associações favoráveis com outra empresa;
- Localização estratégica;
- Descoberta de talentos e recursos;
- Condições favoráveis com relação aos impostos;
- Legislação favorável.

É possível afirmar que esses fatores pelos quais está formado o *goodwill*, direcionam a empresa a um potencial de geração de resultados acima do normal e decorrem de atitudes que podem vir do mercado, dos clientes, da administração, de condições geográficas, enfim, do ambiente externo em que se insere a empresa, bem como das características próprias do seu ambiente interno.

Assim, a organização alcançará uma posição favorável no ambiente em que opera se apresentar recursos humanos bem-preparados, oferecer produtos de qualidade e possuir boas parcerias com fornecedores.

Tais fatores possuem valor econômico e têm sido evidenciados pela contabilidade, pela sua falta de tangibilidade, ausência de custos, dificuldade de mensuração e definição, assim como pela subjetividade e discordância de seu próprio papel.

#### 4.4 Classificação do *goodwill*

No que diz respeito à classificação o *goodwill* pode ser classificado em:

*Goodwill* Comercial – é o valor que o cliente está disposto a pagar a mais pela qualidade do produto ou serviço e a marca associada aos mesmos.

Para Copyngton, *apud* Schmidt & Santos (2002, p.44) o *goodwill* é “criado em função da entidade toda, independentemente das pessoas ou proprietários”.

Já Paton & Paton, *apud* Schmidt & Santos (2002, p.44) o *goodwill* é:

Decorrente de serviços colaterais como: equipe amável de vendedores; entregas convenientes; facilidade de crédito; espaço físico apropriado para serviços de manutenção; atributo de qualidade do produto em relação ao preço; atitude e hábito do consumidor como fruto de nome comercial e marca tornados proeminentes em função da propaganda persistente, localização da entidade.

*Goodwill* Industrial – relaciona-se aos benefícios e oportunidades criados aos funcionários.

Paton & Paton, *apud* Schmidt & Santos (2002, p.44) afirmam:

função de altos salários, baixa rotatividade de empregados, oportunidades internas satisfatórias para acesso as posições hierárquicas superiores, serviço médico, sistema de segurança adequado, quando esses fatores contribuem para a boa imagem da entidade e redução do custo unitário da produção gerado pela força de trabalho que opera nessas condições.

*Goodwill* Financeiro – está diretamente relacionado à atitude de investidores, credores e financiadores da empresa.

Para Paton & Paton, *apud* Schmidt & Santos (2002, p.44), o *goodwill* é “oriundo da atividade de investidores, fontes de financiamento e de crédito em função de a entidade possuir sólida situação para cumprir suas obrigações e manutenção de sua imagem, ou, ainda, captar recursos financeiros que lhes permitam aquisições de matéria-prima ou mercadorias em melhores termos e preços”.

*Goodwill* Social – conforme La Roche, *apud* Beuren & Igarashi (2002, p.69), “representa o compromisso social da empresa com a comunidade na qual se encontra inserida, e o reflexo das suas ações para a sociedade em geral e sua cadeia de valor”.

*Goodwill* Político – é aquele que existe em função do governo.

Para Paton & Paton, *apud* Schmidt & Santos (2002, p.44), “é aquele que surge em decorrência de um bom relacionamento com o governo”.

*Goodwill* Subjetivo – segundo La Roche, *apud* Beuren & Igarashi (2002, p.69), “representa as expectativas subjetivas sobre os lucros futuros, acima do custo de oportunidade”.

*Goodwill* Negativo ou *Badwill* – para La Roche, *apud* Beuren & Igarashi (2002, p.69), “ocorre quando a empresa se encontra avaliada no mercado por um valor menor que o seu valor patrimonial; esta diferença representa a redução dos valores dos Ativos Não-Circulantes; neste caso, muitas vezes é mais vantajosa a negociação da empresa em suas partes”.

*Goodwill* Comprado – os mesmos autores afirmam que o *goodwill* “consiste em alocar o máximo de valores possíveis do preço de compra aos Ativos específicos, e o resíduo será considerado como *goodwill* comprado ou adquirido”.

Na prática, a contabilidade classifica o *goodwill* sob duas abordagens: o *goodwill* adquirido (registrado pela contabilidade) e o *goodwill* subjetivo (não registrado pela contabilidade).

Para Ludícibus (1997, p.205) o *goodwill* adquirido decorre: “como o excesso de preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos; nas consolidações, como o excesso de valor pago pela companhia-mãe por sua participação sobre os ativos líquidos da subsidiária”.

Também Ludícibus (1997, p.205) define que o *goodwill* subjetivo decorre do “valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade”.

Portanto, no primeiro, o *goodwill* será reconhecido quando ocorrerem negociações entre as entidades. De forma que a diferença entre o valor pago e o valor total de seus ativos será evidenciado, passível de contabilização na rubrica denominada ágio na aquisição de ações, como verifica-se no próximo item.

#### 4.5 Tratamento contábil do *goodwill*

Os tratamentos contábeis do *goodwill* são variados nos diversos países onde são implantados. A maioria deles contabilizam o *goodwill* como ativo sujeito a amortização baseada no critério da vida útil econômica do ativo, variando em torno de dez anos em média no Brasil, ou baixando seu valor diretamente contra o patrimônio líquido.

Ludícibus (1997) cita que, teoricamente, algumas considerações podem ser feitas em relação ao tratamento contábil do *goodwill*, quais sejam:

- Manter intacto seu valor;
- Diminuí-lo do patrimônio líquido( lucros acumulados);
- Amortizar em certo número de anos.

Com relação a manter o *goodwill* intacto Ludícibus (1997, p.213) salienta que:

O *goodwill* é um ativo intangível de vida ilimitada ou não determinável com exatidão. Entretanto, isso somente poderia ser válido se registrássemos o *goodwill* criado e se houvesse uma evidência de que, apesar de terem deixado de existir as circunstâncias da época da aquisição, a empresa conseguiu manter uma política de gastos com fatores que criam *goodwill* suficiente, pelo menos, para o valor original.

Para Chambers, apud Schmidt & Santos (2002), a diminuição direta no patrimônio líquido justifica-se porque o *goodwill*, na essência, não tem existência individualizada e mensurável. Esta hipótese poderá ser considerada quando o *goodwill* origina-se da diferença entre o valor pago e o valor líquido contábil dos ativos.

Schmidt & Santos (2002, p.49) complementam: “(...) a determinação do horizonte no qual os benefícios futuros serão recebidos é muito difícil, justificando-se então a baixa imediata contra o patrimônio líquido”.

Quanto à amortização do *goodwill* em certo número de anos, parece ser o critério mais adequado segundo Ludícibus (1997). No entanto, é difícil estabelecer o horizonte exato, deve-se então, escolher um horizonte bastante amplo, o qual não afete nenhum exercício social de forma significativa.

Schmidt & Santos (2002) evidenciam que caso a empresa pague um valor superior ao de mercado pelos ativos líquidos, estará visualizando lucros futuros em excesso a seus custos de oportunidade. Em função disso, o *goodwill* deveria ser amortizado na mesma proporção dos lucros efetivamente realizados nos exercícios futuros.

Ainda lembram, que em caso de *goodwill* negativo, este também deverá ser amortizado em certo número de anos, sendo tratado como uma conta retificadora, transferindo seu valor para o resultado do exercício no período que for considerado razoável.

Ludícibus (1997, p.214) destaca: “No caso mais comum de *goodwill* positivo ou simplesmente de *goodwill*, não deveriam existir regras muito rígidas”. Ainda continua: “(...) o *goodwill* deveria ser descarregado inteiramente (o saldo que restar) contra resultados no período em que ficar configurada a perda da substância econômica que aquele *goodwill* consignava”.

A Lei 6404/76 e a CVM não tratam do *goodwill* diretamente, fazendo menção ao ágio e deságio na aquisição de investimentos. Neste

caso, corresponde à diferença entre o valor pago e o valor contábil, proporcional ao patrimônio líquido adquirido na compra de um investimento que será avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Pelas normas brasileiras, tanto o ágio como o deságio devem ser amortizado de acordo com o fundamento econômico que o gerou. São eles:

- Ágio ou deságio pela diferença de valor de mercado dos bens;
- Ágio ou deságio por valor de rentabilidade futura;
- Ágio ou deságio por fundo de comércio, intangível e outras razões.

Será reconhecido como perda no resultado do exercício, quando o ágio não for justificado pelos fundamentos econômicos. Assim como o deságio, não justificado pelos fundamentos econômicos anteriores, será amortizado somente no caso de baixa por alienação ou perecimento de investimento.

A contabilização do *goodwill*, bem como de todos os outros intangíveis, ainda é motivo de muitas dúvidas e questionamentos. Contudo, apesar do reconhecimento dessas dificuldades, vale a pena a tentativa de fazê-la, da mesma forma que a sua mensuração e amortização.

#### 4.6 Mensuração e amortização do *goodwill*

De maneira geral, pode-se dizer que a contabilidade enfatiza os resultados acontecidos sem dar a mesma ênfase para o futuro, não mensurando exatamente o potencial de lucros futuros, principalmente quando se trata de intangível.

O *goodwill*, assim como os demais ativos intangíveis, é de difícil mensuração. Essa dificuldade torna-se maior, devido a sua separabilidade, identificabilidade, objetividade e praticabilidade.

Conforme Hendriksen & Breda (1999, p.392), *goodwill* “é o ativo de tratamento mais complexo porque carece de muitas características associadas a ativos, tais como identificabilidade e separabilidade”.

Martins (2001, p.130) destaca “o *goodwill* pode ser bastante questionado, dependendo das opções de avaliação adotadas. Parece existir uma relação inversa entre eles e a utilidade. Ou seja, quanto mais úteis são as informações mais subjetivas e difíceis de serem obtidas”.

Baseando-se nos princípios contábeis, a função da contabilidade não é propriamente dizer quanto vale uma empresa, mas o seu custo. Porém, deve-se refletir profundamente sobre os aspectos incorpóreos que interferem no valor da empresa.

O número de empresas que tem no *goodwill* o seu maior elemento patrimonial cresce cada vez mais, como, por exemplo, empresas de tecnologia avançada (NASDAQ<sup>6</sup>), e assim, surge a necessidade de

---

<sup>6</sup> NASDAQ - *The National Association of Securities Dealer Automated Quotation*

mensuração e determinação de sua amortização possibilitando a apresentação do patrimônio de maneira mais exata e adequada possível.

A mensuração do *goodwill* vem sofrendo modificações ao longo do tempo. Segundo Schmidt & Santos (2002, p.46) essas modificações sintetizam-se nos seguintes enfoques:

- Por meio de avaliação de atitudes favoráveis em relação à entidade. Nesse enfoque, o goodwill resulta de relações negociais vantajosas, boas relações com funcionários e atitudes favoráveis de clientes, que podem originar-se de uma localização estratégica, nome, reputação etc. (...);
- Por meio do valor presente de lucros superiores. (...) Nesse sentido, o goodwill representa o valor presente de lucros futuros esperados acima daquilo que poderiam ser considerado retorno normal, também denominado de superlucros;
- Por meio de uma conta geral de avaliação. Nesse enfoque, o goodwill é considerado simples conta de fechamento. Todos os ativos possuem valor para a entidade em função do fluxo futuro de benefícios que serão gerados. Portanto, se houver aumento da expectativa de fluxos futuros de caixa, deve-se aumentar o valor dos ativos que geraram tal aumento, e qualquer valor que subsista sem ser alocado é registrado como goodwill.

Para se estabelecer o valor intangível de uma entidade, conforme Marion (2003), são utilizadas algumas metodologias, das quais o fluxo de caixa descontado torna-se o preferido por entendidos em avaliação de empresas. Ele trata do valor presente dos fluxos de caixa futuros. Porém, nas empresas sem perspectivas de melhora da situação financeira, usa-se o método do valor de liquidação.

Martins (2001) ilustra uma das várias possibilidades de evidenciação do *goodwill* através de um exemplo, o qual faz a combinação entre o valor realizável líquido (itens patrimoniais individuais) e o valor presente do fluxo futuro de caixa (empresa em sua totalidade). O mesmo autor supôs que a empresa Cia E apresente no seu patrimônio um caixa de \$ 1.000 e Capital Social de \$ 1.000.

A empresa Cia E adquire no mês D<sub>0</sub> estoques à vista, no valor de \$ 1.000, mantidos até o final do mês D<sub>4</sub> quando são vendidos também, à vista por \$ 1.200.

Os valores realizáveis líquidos, ou seja, o valor do estoque vendido pela empresa deduzidos os gastos necessários para a sua realização, ao final de cada mês entre D<sub>0</sub> e D<sub>4</sub> são respectivamente: \$ 1.036; \$ 1.112; \$ 1.188; \$ 1.188; \$ 1.112; O valor global previsto para D<sub>4</sub> é de \$ 1.250. Para a obtenção desses valores, foi estipulado pelo autor

A taxa de desconto é de 2,0% ao mês.

As demonstrações contábeis são apresentadas nos quadros que seguem:

<b>Cálculo do <i>goodwill</i> – Cia E (em \$)</b>					
Componentes	D <sub>0</sub>	D <sub>1</sub>	D <sub>2</sub>	D <sub>3</sub>	D <sub>4</sub>
Valor presente da empresa	1.155	1.178	1.201	1.225	1.250
PL <sup>7</sup>	(1.036)	(1.112)	(1.188)	(1.188)	(1.112)
Valor do <i>goodwill</i>	119	66	13	37	138

Quadro 03 Fonte: Martins (2001, p.126)

Para o cálculo do valor presente da empresa, Martins (2001) considera o fluxo de recebimentos e/ou pagamentos associado ao item avaliado; a taxa de juros e ao número de períodos, que diminuído do PL obtem-se o valor do *goodwill*.

<sup>7</sup> PL – Patrimônio Líquido

<b>BP<sup>8</sup> – Cia E – VPL<sup>9</sup> [VRL<sup>10</sup> e Goodwill] (em \$)</b>					
Itens Patrimoniais	D <sub>0</sub>	D <sub>1</sub>	D <sub>2</sub>	D <sub>3</sub>	D <sub>4</sub>
Caixa	0	0	0	0	1.112
Estoques	1.036	1.112	1.188	1.188	0
Goodwill	119	66	13	37	138
<b>Total do ativo</b>	<b>1.155</b>	<b>1.178</b>	<b>1.201</b>	<b>1.225</b>	<b>1.250</b>
Capital social	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Lucros acumulados	0	0	0	0	112
Resultados não realizados – estoques	36	112	188	188	0
Resultados não realizados – goodwill	119	66	13	37	138
<b>Total do passivo + PL</b>	<b>1.155</b>	<b>1.178</b>	<b>1.201</b>	<b>1.225</b>	<b>1.250</b>

Quadro 04 Fonte: Martins (2001, p.126)

O valor do patrimônio líquido corresponde ao valor presente líquido da empresa e que os estoques, assim como o caixa, figuram por seu valor realizável líquido. A conciliação entre essas duas formas de avaliação efetiva-se pelos itens *goodwill* (ativo) e resultados não realizados – *goodwill* (PL).

Os resultados de estoques não realizados representam a evolução do preço dos mesmos em relação ao preço de aquisição que é de \$ 1.000 e figurando um lucro não realizado a cada período.

A seguir, demonstram-se as variações periódicas desses itens através da Demonstração do Resultado do Exercício:

<sup>8</sup> BP – Balanço Patrimonial

<sup>9</sup> VPL – Variação Patrimonial Líquida

<sup>10</sup> VRL – Valor Realizável Líquido

DRE <sup>11</sup> – Cia E- VPL [VRL e goodwill] (em \$) – Períodos findos em:						
Itens do resultado	D <sub>0</sub>	D <sub>1</sub>	D <sub>2</sub>	D <sub>3</sub>	D <sub>4</sub>	D <sub>0</sub> a D <sub>4</sub>
Receita de vendas	0	0	0	0	1.200	1.200
Custo das vendas	0	0	0	0	(1.300)	(1.300)
Resultado bruto	0	0	0	0	(100)	(100)
Resultados não realizados- estoques	100	100	100	0	0	300
Comissões	(55)	(5)	(5)	0	5	(60)
Resultados com <i>goodwill</i>	119	(53)	(52)	24	101	138
Resultado antes do imposto de renda	164	42	43	24	6	278
Imposto de renda <sup>12</sup>	(9)	(19)	(19)	0	19	(28)
Resultado final	155	23	24	24	25	250

Quadro 05 Fonte: Martins (2001, p.127)

Considerando os valores estipulados pelo autor, pode-se verificar na DRE que as reservas de resultados dos não realizados dos estoques assim como, os resultados com o *goodwill* confirmam o lucro não realizado nos estoques do período, sendo os mesmos o único ativo evidenciado.

Da mesma forma, observa-se que a comissão sobre o lucro contábil bem como, o imposto de renda são pagos no ato da realização das vendas.

<sup>11</sup> DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

<sup>12</sup> A base de cálculo do imposto exclui a variação do goodwill, porque o valor dos efeitos tributários numa eventual alienação seria suportado pelos alienantes, e desconsidera-se aqui esse fato.

<b>DMPL<sup>13</sup> - Cia E - VPL [VRL e goodwill] (em \$)</b>						
Eventos		Capital Social	Lucros acumulados	RNR estoques	RNR goodwill	Totais
SI – D <sub>0</sub>		1.000	0	0	0	1.000
Resultado do exercício	do	-	155	-	-	155
VNR <sup>14</sup> -estoques		-	(36)	36	-	0
VNR-goodwill		-	(119)	-	119	0
SF – D <sub>0</sub>		1.000	0	36	119	1.155
Resultado do exercício	do	-	23	-	-	23
VNR- estoques		-	(76)	76	-	0
VNR- goodwill		-	53		(53)	0
SF – D <sub>1</sub>		1.000	0	112	66	1.178
Resultado do exercício	do	-	24	-		24
VNR- estoques		-	(76)	76		0
VNR- goodwill			42		(52)	0
SF – D <sub>2</sub>		1.000	0	188	13	1.201
Resultado do exercício	do		24			24
VNR- estoques		-	0	0		0
VNR- goodwill			(24)		24	0
SF – D <sub>3</sub>		1.000	0	188	37	1.225
Resultado do exercício	do		25			25
Realização das variações- estoques		-	188	(188)		0
Realização das variações –goodwill			(101)		101	0
SF – D <sub>4</sub>		1.000	112	0	138	1.250

Quadro 06 Fonte: Martins (2001, p.128)

<sup>13</sup> DMPL – Demonstração das Mutações Patrimônio Líquido

<sup>14</sup> VNR – Valor Não Realizado

Demonstrado o exemplo, Martins (2001) analisa que o resultado positivo de \$ 119 em  $D_0$  confirma o lucro não realizado nos estoques do período e evidencia o *goodwill*, como a diferença entre o valor da empresa e o valor líquido de realização dos estoques.

Como verificado na DRE, os resultados com *goodwill* em  $D_1$  e  $D_2$  foram negativos, pois o valor da empresa está crescendo 2,0% ao período, independentemente da variação do preço de seus estoques. Assim, observa-se neste exemplo que na medida em que os estoques aumentam de preço o valor do *goodwill* decresce.

Em  $D_3$  e  $D_4$  o *goodwill* cresce pela aproximação da data e ainda em  $D_3$  os estoques não oscilaram de preço e em  $D_4$  ocorreu um decréscimo de valor.

A abrangência do *goodwill* permite a conciliação entre os valores global e dos itens individuais do patrimônio de uma entidade. Então, cabe ressaltar a importância no que se refere a identificação das expectativas de geração de riqueza.

Com isso, permite-se a avaliação do desempenho dos gestores com base no que a literatura define como objetivo final da empresa, ou seja, a maximização do valor para os acionistas.

Atualmente, com a crescente competitividade e exigências de posturas gerenciais mais eficazes, as empresas estão optando por um modelo de gestão concentrado no valor.

Pode-se destacar, entre os indicadores de mensuração do valor, o EVA® e o MVA®<sup>15</sup> devido a sua relativa simplicidade de aplicação.

Segundo Ehrbar, *apud* Martins (2001, p.245), o EVA pode ser definido como:

Aritmeticamente, é o lucro operacional após pagamento de impostos menos o encargo sobre capital, apropriado tanto para endividamento quanto para o capital acionário. O que resta é o valor em dólares pelo qual o lucro excede ou deixa de alcançar o custo do capital utilizado para realizar aquele lucro. Este número é o que os economistas denominam lucro residual, que significa exatamente aquilo que implica: é o resíduo que sobra depois de todos os custos terem sido cobertos. Economistas também se referem a isto como lucro econômico ou aluguel econômico. Nós o chamamos de EVA, valor econômico adicionado.

Assim, a equação do EVA® para Martins (2001) seria:

$$\text{EVA} = \text{Nopat} - (\text{C}\% * \text{TC})$$

Onde:

Nopat<sup>16</sup> = resultado operacional líquido depois dos impostos;

C% = custo percentual do capital total;

TC = capital total investido.

De acordo com a legislação societária brasileira, considerando o custo do capital de terceiros incluso no resultado operacional líquido, a equação seria:

$$\text{EVA} = \text{Lolai} - (\text{CCP}\% * \text{PL})$$

Onde:

---

<sup>15</sup> MVA® – *Market Value Added*

<sup>16</sup> Nopat = *Net Operating Profit After Taxes*

Lolai = lucro operacional líquido após os impostos;  
CCP% = custo percentual do capital próprio;  
PL = patrimônio líquido.

Para Nascimento, *apud* Martins (2001), o EVA® é um método de simples compreensão e capaz de conscientizar rapidamente o gestor sobre as expectativas do investidor em relação a sua atuação. Porém, este modelo limita-se a ajustar os resultados contábeis tradicionais globalmente, em vez de tratar as informações à medida que ocorrem os eventos. Também impede a identificação da contribuição gerada por área devido à base de resultados globais da empresa.

A utilização do EVA® pode trazer problemas para a empresa, pois pode fazer com que os gestores evitem investimentos e percam oportunidades de lucro.

Para evitar esses problemas foi criado o MVA® (Valor de Mercado Agregado), que avalia o valor econômico da empresa como um todo, em relação ao potencial de resultados futuros.

Contudo, segundo Martins (2001) esse modelo seria insuficiente para mensurar a efetiva riqueza criada ou consumida pelo empreendimento.

Stern Stewart & Co., *apud* Kassai *et al.*(2003, p.06), “defende a opinião de que o EVA® é uma medida interna de desempenho e a que melhor se correlaciona com o *goodwill* (ou MVA®) de uma empresa”.

Assim, chega-se ao conceito de MVA®, cuja proposta se consubstancia na mensuração da riqueza gerada por um empreendimento, em termos de percepção de mercado.

Para Pancher (2002, p.08):

O valor de mercado de uma empresa se eleva quando suas receitas de vendas superarem todos os seus dispêndios, inclusive os custos de oportunidade do capital próprio. Este resultado adicional indica uma agregação de valor, também conhecida como *market value added* ou *goodwill*. Ocorrendo o contrário (receitas inferiores aos dispêndios totais) haverá uma destruição do valor do negócio.

Oliveira *et al* (2003, p.16) relata: “um ativo somente agrega valor se seus fluxos operacionais de caixa esperados, descontados a uma taxa que reflete as expectativas de risco dos proprietários de capital, produzirem um valor presente líquido, entendido nesse caso como *goodwill*, maior que zero, ou seja, uma riqueza absoluta”.

Conforme Ehrbar, *apud* Martins (2001, p.251) “o MVA® pretende ser a diferença entre a entrada de caixa e saída de caixa – entre aquilo que investidores colocam na empresa como capital e o que poderiam receber vendendo pelo preço de mercado corrente”.

Portanto, a equação do MVA® para Martins (2001) seria:

$$\text{MVA}^{\circledR} = \text{valor de mercado} - \text{capital total}$$

O MVA® à luz de Martins (2001) relembra ao gestor duas atitudes básicas associadas à criação de valor para o acionista, as quais são: exploração eficaz dos recursos captados e a busca de um canal de

comunicação com o mercado no intuito de influenciar sua percepção a respeito do valor do empreendimento.

A riqueza dos acionistas pode ser medida pelo MVA<sup>®</sup>, o qual consiste na diferença entre a variação do valor de mercado e a variação do capital empregado pela empresa durante determinado período.

O relacionamento entre o EVA<sup>®</sup> e o MVA<sup>®</sup> se dá à medida que ambos incorporam a mesma intenção de uso eficaz de recursos captados. Todavia, enquanto o MVA<sup>®</sup> mede a percepção do mercado sobre os esforços realizados pelos gestores para a geração de riqueza, o EVA<sup>®</sup> constitui o canal de comunicação entre agentes internos e externos.

Conforme Jerônimo *et al* (2003, p.01) “o MVA<sup>®</sup> é o valor presente dos EVA<sup>®</sup> futuros, e pode ser interpretado como a diferença entre o valor de mercado da empresa e o valor de seus investimentos (“*goodwill*”).”

Ehrbar, *apud* Martins (2001, p.250) afirma: “(...) o caminho é gerenciar visando aumentos de EVA<sup>®</sup>, porque EVA<sup>®</sup> é a medida interna de desempenho mais estritamente relacionado ao MVA<sup>®</sup> e oferece a indicação mais confiável de se – e enquanto – as ações da gerência contribuirão para a riqueza dos acionistas.”

Contudo, o MVA<sup>®</sup> relaciona-se ao futuro, pois representa as expectativas do mercado sobre os resultados da empresa. Já o EVA<sup>®</sup> remete-se ao passado por ser voltado para a avaliação de desempenho da gestão e comunicação dos resultados alcançados.

Também Ehrbar, *apud* Martins (2001, p.255), afirma que:

Assim, por definição, MVA é o valor presente do EVA® futuro esperado – é a medida mais direta de gerir visando um aumento de MVA®. De forma simplista, se uma empresa aumenta seu EVA® e investidores esperam que o aumento seja permanente, o MVA® aumentará pelo EVA® adicional capitalizado pelo custo de capital. Na prática, um aumento de EVA® poderia fazer com que investidores esperassem mais aumentos no futuro, ocasionando um maior aumento de MVA®. OU, então, investidores podem esperar que a mudança seja transitória, para que o multiplicador seja menor.

Kassai *et al*, *apud* Martins (2001, p.255), relacionam o MVA® e o conceito de *goodwill*: “o MVA® é interpretado como a diferença entre o valor da empresa menos o valor de seus investimentos, a preços de mercado. É aquela parcela adicional, aquele ‘algo mais’, normalmente de difícil mensuração e também conhecido como *goodwill*”.

Para Martins (2001) o ideal seria desmembrar o MVA® em diversos componentes:

- Diferença entre o custo histórico corrigido e os valores - correntes dos investimentos;
- Diferença entre os valores correntes dos investimentos e os valores líquidos de realização;
- Diferença entre o valor líquido de realização e o efetivo valor de mercado.

Esse último poderia ser considerado, de fato, como representativo do conceito de *goodwill*.

Segundo Kassai *et al* (2003) define-se *goodwill* nos mesmos moldes implícitos do conceito de MVA®, apurado a partir do valor de mercado menos o montante dos investimentos de uma companhia.

Os ativos intangíveis que são adquiridos por meio de uma compra ou gerados internamente nas empresas são freqüentemente capitalizados e amortizados, assim como acontece com a depreciação dos ativos tangíveis.

Hendriksen & Breda (1999, p.395) destacam: “o *goodwill* comprado deve ser contabilizado de maneira coerente com o tratamento dado ao *goodwill* não comprado. Assim sendo, defende-se a amortização de *goodwill* com argumento de que o valor do *goodwill* comprado diminui com o passar do tempo”.

Neste contexto, tanto o *goodwill* adquirido quanto o gerado internamente podem ser mantidos como ativos, por se tratar de itens dos quais se esperam resultados futuros. Assim, a cada exercício o valor do *goodwill* deverá ser ajustado, com aumentos ou reduções, em função de novas expectativas de geração de resultados.

Tão logo seja evidenciado o valor inicial a ser amortizado, deve-se considerar a vida útil do ativo e o ritmo de alocação dos vários períodos da vida útil do mesmo.

Também Hendriksen & Breda (1999) relatam que se levando em consideração a vida útil dos ativos intangíveis, alguns como, por exemplo, patentes, direitos de reprodução e franquias tem duração limitada. Já outros, como marcas, custos de organização e *goodwill* são ativos intangíveis que não possuem existência limitada ou vida útil natural determinada.

Afirmam ainda que os ativos intangíveis devem ser amortizados ao longo do período que se espera ser beneficiado. As autoridades do setor bancário exigem que os bancos e as caixas econômicas amortizem ativos

intangíveis não identificados, como o *goodwill*, em períodos não superiores a vinte e cinco anos.

Segundo Schmidt & Santos (2002) o prazo máximo para amortização do *goodwill* no Brasil é de dez anos.

No entanto, devido a subjetividade, ainda não se chegou a um consenso quanto ao critério de avaliação ou amortização do *goodwill*. Contudo, faz-se necessária a evidenciação de notas explicativas em demonstrativos contábeis naquelas empresas, cujo *goodwill* é identificado, a fim de demonstrar o método de avaliação utilizado de forma a permitir aos usuários eventuais ajustes que entenderem necessários, bem como os seus efeitos no Patrimônio Líquido e Contas de Resultado.

Assim, os usuários da contabilidade estariam melhor atendidos, uma vez que seriam informados com maior precisão, quanto ao efetivo valor econômico da empresa e poderiam visualizar os resultados esperados de investimentos feitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante quase três séculos de Revolução Industrial, ou mesmo nos três últimos milênios, a sociedade humana lidou com bens corpóreos, com realidades materiais e suas múltiplas relações.

Algo novo, porém, está acontecendo atualmente. Está enfrentando-se uma realidade diferente, na qual o objeto de negociação é, fundamentalmente, os bens intangíveis. O valor das inúmeras negociações não é mais definido em função das características, por exemplo, de dureza, mas sim, passa a ser dimensionado em razão de algo não tangível, tendo em vista uma utilidade, vantagem ou benefício.

Sabendo-se que o sucesso de uma empresa também depende da informação, de dados atualizados e acompanhamento de um profissional capacitado para atender as suas necessidades, o profissional da contabilidade precisa estar sempre flexível para as constantes mudanças.

Neste sentido, o trabalho foi desenvolvido a fim de verificar quais as influências que os ativos intangíveis, principalmente o *goodwill*, têm exercido nas empresas brasileiras e como a contabilidade tem se posicionado em relação a esses elementos na Era do Conhecimento.

Apesar das dificuldades encontradas na busca de uma mensuração desse grande ativo, que é o *goodwill*, a Ciência Contábil está procurando dar a sua contribuição em mais esta tarefa de difícil avaliação

dos elementos intangíveis, que interagem sobre o patrimônio e alteram o valor de mercado da empresa.

Os universos econômico, administrativo, contábil e social, para citar alguns, estão voltados para este traço da existência, os impalpáveis, verdadeiro paradigma para construção do conhecimento científico, em especial no âmbito empresarial.

Modernas técnicas e filosofias administrativas têm contribuído, cada vez mais intensamente, para a formação deste ativo nas organizações. Investimentos na qualidade dos produtos, racionalização da estrutura administrativa, aprimoramento dos recursos humanos e boas parcerias com fornecedores aliam-se a outros fatores tendentes a fazer com que o conjunto organizacional valha mais que a simples soma dos valores econômicos individuais de seus ativos. Encontra-se, então, o *goodwill*.

Provou-se, através da análise e interpretação dos dados bibliográficos e do estudo exploratório realizado, que o tratamento dado no meio contábil ao *goodwill* demonstra que este é um assunto pouco explorado e que não recebe a devida atenção, fato comprovado pela pouca literatura e estudos contábeis sobre ele no Brasil. Tal questão se explica, pois conspira contra o tema a vertiginosa velocidade das mudanças, a novidade, assim como, a complexidade tão comentada no trabalho.

Da mesma maneira, foram apontadas algumas formas de avaliação e mensuração desse ativo intangível que, vêm propor idéias para a realização de posteriores trabalhos tendo em vista que este pode servir como uma contribuição embasadora a fim de explorar-se mais esse desconhecido assunto.

Também observou-se, ao longo desse trabalho, que apesar da preocupação de pesquisadores com o *goodwill* não ser recente, o problema do simples entendimento do que seja *goodwill* não alcançou unanimidade até os dias de hoje. A consequência dessa inconsistência conceitual é a dificuldade em avaliá-lo monetariamente, pois trata-se de um bem intangível, e qualquer tentativa de mensuração sem critérios concretos o conduziria a uma avaliação eminentemente subjetiva.

Neste sentido, é preciso rever duas questões muito polêmicas na contabilidade: mensurar *versus* ter subjetividade. É constatado que a maioria das empresas ainda estão engatinhando na avaliação do *goodwill*, mas a subjetividade não pode tornar-se uma limitação na capacidade do contador de evidenciar o seu valor, visto a importância do mesmo para benefícios futuros das empresas. Porém, a expectativa de geração de benefícios futuros, o faz ser de difícil avaliação e mensuração fazendo assim, com que os profissionais das áreas contábil e administrativa têm relutado em proceder a sua evidenciação.

Portanto, o estudo do *goodwill* representa um novo impulsionador para os pesquisadores interessados neste que, como mencionado anteriormente, é um desafio para a Classe Contábil, pois evidencia a riqueza de uma empresa que deve ser avaliada e reconhecida, possibilitando a apresentação do Patrimônio de maneira mais exata ou adequada possível, a fim de embasar decisões gerenciais.

Ademais, verificou-se que a presente exploração deteve-se no estudo do *goodwill* na literatura técnica disponível no Brasil, em virtude da dificuldade de captação de materiais relacionados ao tema. Caberia, dar vazão a este estudo, que é pouco divulgado no meio acadêmico.

Enfim, nota-se que é prospera a realização de trabalhos sobre *goodwill*, pois sua importância provavelmente irá crescer com o passar dos anos e, para isso, sendo necessárias pesquisas científicas que respaldem este assunto, auxiliando no fornecimento de soluções para os problemas das empresas.

## BIBLIOGRAFIA

BAUM, Marcos Sebastião; GONÇALVES, Odair. Ativos intangíveis: mensurar ou ignorar? In: **Profissão Contábil**: o futuro hoje, v.3. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2001.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BEUREN, Ilse Maria; IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa. A importância dos ativos intangíveis nas empresas e a sua relação com a contabilidade. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, n. 110, p. 60-73, 2002.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 22.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral**: rigorosamente de acordo com o programa oficial para concurso público de auditor fiscal do tesouro nacional (AFTN). 4.ed. São paulo: Atlas, 1998.

GOULART, Andre Moura Cintra. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, n. 28, p. 56-65, 2002.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. 6.ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1996

HORNGREN, Charles T. **Introdução à contabilidade gerencial**. 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

IOB. **Depósitos estáveis de instituições bancárias** – Um ativo intangível (1ª parte). Boletim IOB, Temática Contábil e Balanços, nº 17, 2002.

JERÔNIMO, Louremir Reinaldo; PINHO, Luiz Antônio Tavares de; REIS, Arnaldo Carlos de Resende; OSCHIRO, Rubens. **O EVA® e o MVA® como instrumento de avaliação de negócios**. Disponível em: [www.eac.fea.usp.br/congressosp/arquivos/html/22.htm](http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/arquivos/html/22.htm). Acesso em: 18 de Dezembro de 2003.

JOHNSON, H.T.; KAPLAN, R.S. **Contabilidade gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KASSAI, José Roberto; KASSAI, Sílvia; NETO, Alexandre Assaf. **Índice de especulação de valor agregado – IEVA**. Disponível em: [www.eac.fea.usp.br/congressosp/arquivos/html/20.htm](http://www.eac.fea.usp.br/congressosp/arquivos/html/20.htm). Acesso em: 18 de Dezembro de 2003.

LOPES, João Francisco. **Capital intelectual**. 1.ed. Itapetininga: Associação de Ensino de Itapetininga, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Reflexões sobre o ativo intangível**. Disponível em: [www.fipecafi.com.br/public\\_artigos/marion/ativointangivel.pdf](http://www.fipecafi.com.br/public_artigos/marion/ativointangivel.pdf). Acesso em: 25 Jun. 2003.

MARTINS, Eliseu. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3.ed., São Paulo, Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Eduardo Alves de; OLIVEIRA, Fernanda Costa de; SAITO, Luciana; TANAKA, Patrícia Kaori. **EVA® economic value added**. Disponível em: [www.eac.fea.usp.br/eac/docentes/rables/eac440/arquivos/eva.pdf](http://www.eac.fea.usp.br/eac/docentes/rables/eac440/arquivos/eva.pdf). Acesso em: 18 de Dezembro de 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica: uma introdução à prática contábil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PANCHER, Marcelo Scopinho. **Utilização do EVA® como ferramenta de gestão – um caso prático de implementação no setor de construção pesada.** Disponível em: [www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/TCC\\_MarceloSP.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/TCC_MarceloSP.pdf). Acesso em: 18 de Dezembro de 2003.

**RECEITA FEDERAL.** Disponível em: [www.receita.fazenda.gov.br/pagamentos/pgtoatraso/ufir.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/pagamentos/pgtoatraso/ufir.htm). Acesso em: 18 de Dezembro 2003.

SÁ, Antônio Lopes de. Ativo intangível e potencialidades dos capitais. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 125, p. 46-53, 2000.

SANTOS, José Luiz dos. **Ativos intangíveis.** Disponível em: [www.ufrgs.br/necon/ativos%20intangiveis.pdf](http://www.ufrgs.br/necon/ativos%20intangiveis.pdf). Acesso em: 25 de Junho 2003.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; GOMES, José Mário Matsumura; FERNADES, Luciane Alves. **Introdução à contabilidade:** atualizada pela minirreforma tributária: lei nº 10.637/02. São Paulo, Atlas, 2003.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis.** São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz dos; GOMES, Jose Luiz Mario Matsumura. **Contabilidade intermediária:** atualizada pela minireforma tributaria: lei nº 10.637/02. São Paulo: Atlas, 2003.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. Avaliação dos ativos: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 137, p. 41-57, 2000.

WERNKE, Rodney. Proposta para avaliação de ativos intangíveis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 134, p. 61-71, 2002.

WERNKE, Rodney. Mensuração de custos intangíveis. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo**, n. 16, p. 30-41, 2001.